



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 08 (*oito*) dias do mês de outubro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 21ª (*vigésima primeira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Rafael Pereira de Souza, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foram aprovadas as Atas das sessões anteriores. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/666/2018 – Auto de Infração: 1/201800370. Recorrente: BTG PACTUAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVIERA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinária e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de fundamentação legal equivocada e genérica** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a autuada se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante e considerando que procedimento fiscal foi descrito no auto de infração, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, aplicando a penalidade prevista no art. 123, I, “d”, da Lei nº 12.670/96, nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Rafael Pereira de Souza, que ficou designado para lavrar a resolução. Decisão conforme o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, que se pronunciou pela procedência da autuação. Vencidos os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, relator originária e Henrique José Leal Jereissati que se manifestação pela procedência da autuação, confirmando o julgamento singular. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Josef Azulay Neto. **Processo de Recurso nº 1/3082/2018 – Auto de Infração: 1/201806245. Recorrente: ELIVAN PEIXOTO DE QUEIROZ. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos

Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas confirme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2093/2018 – Auto de Infração: 1/201803088. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão:** Em razão do adiantado da hora e da complexidade da matéria em questão, o Senhor presidente **sobrestou** o julgamento do processo, determinando seu retorno à pauta de julgamento a ser agendada. **Processo de Recurso nº 1/2091/2018 – Auto de Infração: 1/201803083. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira MARIA ELNEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** Em razão do adiantado da hora e da complexidade da matéria em questão, o Senhor presidente **sobrestou** o julgamento do processo, determinando seu retorno à pauta de julgamento a ser agendada. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 09 de outubro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA